"PRÁ QUE ENGOLIR REJEITADOS DO HAITI?" O LUGAR DE ONDE FALO!

Maristela Abadia Guimarães[1]

Kátia Morosov Alonso[2]

Roberto Carlos da Silva Borges[3]

Resumo: O Brasil atravessa momento singular no panorama das migrações internacionais. Diferente dos séculos XIX e XX, quando havia um projeto de nação a ser construída e para cá vieram migrantes europeus, adentram no País povos de diferentes nações, entre elas, do Haiti. Nosso objetivo é analisar os discursos expressos em diferentes mídias e nas redes sociais Facebook e Twitter referentes à presença dos haitianos no Brasil entre 2010 e 2015. Uma migração significativamente negra num País, onde são alarmantes os índices de desigualdades raciais, pode motivar a xenofobia e a discriminação contra estrangeiros? Podemos observar que sim, dados os discursos levantados nas mídias e redes sociais. Cabe-nos questionar se é exclusivamente o fato de ser estrangeiro que incomoda ou se o incômodo surge pela razão de o migrante não ser adequado aos padrões civilizados impostos pelo mundo ocidental: ser branco, europeu, ou ser branco norte-americano.

Palavras-chave: Haitianos; Migração; Mídia e Redes Sociais.

"WHAT FOR SWALLOW REJECTED FROM HAITI?" THE PLACE FROM WHICH I SPEAK!

Abstract: Brazil is going through singular moment in the international migration's panorama. Unlike the nineteenth and twentieth centuries, when there was a national project to be built and came here European migrants, are entering the country people from different nations, among them, from Haiti. Our goal is to analyze the speeches expressed in different media and on social networks Facebook and Twitter regarding the presence of Haitians in Brazil between 2010 and 2015. Significantly black migration in a country where levels of racial inequality are alarming, may motivate xenophobia and discrimination against foreigners? We observe that yes, given the speeches raised in the media and social networks. We must question whether it is exclusively the fact of being a foreigner that bother or if the nuisance arises because the migrant is not suitable to civilized standards imposed by the Western world: being white, European, or be US white.

Keywords: Haitians. Migration; Media and Social Networks.

[1] Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato de Grosso. Mestra em Educação. Estudante de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso.

[2] Doutora em Educação. Professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE - do Instituto de Educação da UFMT. Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Sobre Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação - LêTECE.

[3] Doutor em Letras, Pós-doutor em Comunicação/ECO-UFRJ. Professor do CEFET/RJ. Assessor Especial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

"POURQUOI AVALER REJETÉ DE HAITI?": LE LIEU OÚ JE PARLE!

Résumé: Le Brésil passe par un moment singulier dans le panorama de la migrations internationaux. Contrairement aux XIXe et XXe siècles, quand il y avait un projet de nation à être construit et pour ici sont venus les migrants européens, ils entrent dans le pays des peuples de différentes nations, parmi eux, de Haïti. Notre objectif est d'analyser les discours exprimées dans différents médias et sur les réseaux sociaux Facebook et Twitter concernant la présence des Haïtiens au Brésil entre 2010 et 2015. Une migration noire dans un pays où les niveaux d'inégalité raciale sont alarmants, peut motiver et la xénophobie discrimination contre les étrangers? Nous pouvons voir que oui, étant donné les discours soulevées dans les médias et les réseaux sociaux. Nous devons nous demander si il est seulement le fait d'être un étranger qui dérange ou de nuisance se pose en raison du migrant ne pas être adapté aux normes civilisées imposées par le monde occidental: être blanc, européen, ou d'être américain blanc.

Mots-clés: Haïtiens; Migration; Médias et Réseaux Sociaux.

"PARA QUÉ ACEPTAR LOS RENEGADOS DE HAITI?" EL LUGAR DE DONDE HABLO!

Resumen: Brasil pasa por un momento singular en la pantalla de las migraciones internacionales. Diferente de los siglos XIX y XX, cuando había un proyecto de nación a ser construida y para acá llegaron migrantes europeos, vinieron para el País pueblos de diferentes naciones, entre ellas, de Haiti. Nuestro objetivo es analizar los discursos expresos en diferentes medios y las redes sociales Facebook y Twitter referentes a la presencia de los haitianos en Brasil entre 2010 y 2015. Una migración significativamente negra en un País, donde son alarmantes los índices de desigualdades raciales, puede motivar la xenofobia y la discriminación contra extranjeros? Podemos observar que sí, dados los discursos observados en los medios y las redes sociales. Así, la propuesta es cuestionar si es exclusivamente el hecho de ser extranjero que molesta o si esto surge por la razón del migrante no ser adecuado a los padrones civilizados impuestos por el mundo occidental: ser blanco, europeo, o ser blanco norte-americano.

Palabras-claves: Haitianos; Migración; Medios y Redes Sociales.

INTRODUÇÃO

O título deste artigo cumpre o fito de provocar uma reflexão referente aos discursos que permeiam a vivência dos haitianos no Brasil. Retirado de um Blog, expressa a opinião do blogueiro que assina o conteúdo como "Flit Paralisante", assinatura homônima ao Blog com página específica no Facebook.

Na íntegra, transcrevemos o comentário:

> *Fascista, não! Realista*!
> Nós – brasileiros – mal cuidamos dos nossos conterrâneos desvalidos, especialmente negros. *Prá que engolir rejeitados do Haiti*? Não servem para nada, apenas engordarão a fila dos traficantes e militantes do PCC. O Brasil necessita de profissionais estrangeiros altamente qualificados, especialmente professores. *Desvalido, preto e analfabeto aqui já tem pra dar e vender*. (grifos nossos).

Essa opinião publicamente formalizada, posto que o Blog é de livre acesso, nasceu a partir de uma reportagem que o seu proprietário transcreveu do jornal *O Estado de São Paulo* e que também foi publicada pela *Folha de São Paulo*, ambas na mesma data, porém em horários diferentes e com a mesma manchete. No entanto, a manchete do Blog é outra: "Expulsão já para os Haitianos, o Brasil deve cuidar apenas dos brasileiros".

Pesquisamos, desde 2014, como são estabelecidas as condições de existência dos haitianos no Brasil que para cá vieram a partir de 2010, cujos *loci* de investigação são as mídias *G1*, *Folha de São Paulo*, *UOl* e similares, e redes sociais *Facebook* e *Twitter*. Nessas incursões, buscamos verificar como se dá a enunciação discursiva nessas mídias e redes sociais referentes à presença dos haitianos no Brasil.

Assim foi que nos deparamos com esse discurso que passou a intitular este trabalho e, a partir dele, doravante, construiremos este artigo. É a suposta escolha *quem quero no país onde vivo* que nos auxiliará pensar as expressões contidas nos discursos, por que e como eles são motivados.

Uma migração significativamente negra num País como o Brasil onde são alarmantes os índices de desigualdades, poderia motivar a xenofobia e a discriminação contra estrangeiros? Os discursos levantados nas respectivas mídias e redes sociais apontam que isso é possível. Cabe-nos questionar se é, exclusivamente, o fato de ser estrangeiro que gera a discriminação ou se a questão reside em o migrante não se adequar aos padrões civilizatórios impostos pelo mundo ocidental: ser branco, europeu, ou branco norte-americano.

Quais situações nos levaram a essa percepção? Várias, dentre elas, destacamos três. Um estrangeiro, migrante, oriundo de Portugal, em janeiro de 2015, defraudou 700 mil reais de um supermercado, cifra bastante alta, no entanto, não foi aparentemente alvo de discriminação. Tomamos conhecimento sobre o fato enquanto levantávamos postagens no Twitter com os descritores "migrante" "portugueses", momento que nos deparamos com

um twite, em cujo conteúdo havia um link, que levava à notícia sobre imigrante português ter sido preso por assalto.

Direcionamo-nos ao link para ler a notícia e verificar se havia comentários. Ao ler, notamos que se tratava de um migrante português documentado, que havia roubado 700 mil reais, em 21 de jan. de 2015. Ao falar sobre o caso, o Policial entrevistado diz: "É um *cidadão de bem*, que caiu na tentação e foi movido a levar o dinheiro. Descartamos a participação de outras pessoas, até porque as câmeras flagraram apenas ele na ação acrescentou o policial" (grifos nossos). Não havia nenhum comentário na notícia, assim como não havia fotos do acusado, apenas do dinheiro.

Além desta, encontramos mais dois twitteres que nos chamaram a atenção. Um por conter um elogio superlativo sobre os portugueses, afirmando ser eles mais tradicionais que muitos brasileiros: "Mais tradicional que muitos brasileiros; o imigrante português construiu uma bela história, inventou, inovou com sabedoria". O outro, por elogiar o migrante e desconsiderar um brasileiro: "Uma pergunta para filosofar: Pque um imigrante português e um nordestino chegaram no mesmo dia em SP, hje um tem 3 padarias outro é camelô?". Não pretendemos dizer que migrantes negros, oriundos de países africanos ou do Haiti, não recebam postagens que os valorizem cultural e identitariamente, o que estamos percebendo é a recorrência de imagens negativas que veiculam diariamente sobre eles.

Essas enunciações ilustram e justificam a necessidade de se pensar o tema migrações internacionais neste momento de transição [ou retorno como País de migração] vivido pelo Brasil a partir do século XXI.

UM POUCO DA HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA

O processo migratório brasileiro nacional e internacional é marcado por momentos singulares: primeiramente, a partir de 1870, quando se tem o auge da entrada de migrantes subvencionados pelo Estado brasileiro, até 1930. O segundo, de 1930 a 1980, cujos deslocamentos se fizeram internamente, com maior mobilidade entre 1930 a 1970; período em que se tem o declínio do quantitativo de estrangeiros em território brasileiro, fruto da ditadura Vargas e Militar. De 1980 a 2010, quando, marcadamente se dá a fuga de brasileiros para outros países, consequência das crises econômicas vivenciadas pelo Brasil,

cujo apogeu se deu nos anos de 1980; o reingresso de nacionais, a partir de 2008, com a crise econômica na América do Norte e Europa e, por fim, a partir de 2010, quando se observa um novo panorama migratório no Brasil (Patarra, 2012; Patarra E Fernandes, 2011).

Independente do período histórico do qual se observa o panorama migratório, uma assertiva é sempre válida: as legislações brasileiras regulamentadoras foram sempre restritivas e seletivas. Esse processo, antes de ser político, é social, posto que advém de uma postura que se conforma com o desejo de se ter no Brasil uma paisagem racialmente construída nos moldes europeus, sobretudo se observarmos como se configurou a migração no século XIX e início do seguinte, bem como a concepção racista do colonizador português:

> O preconceito racial foi uma realidade no Brasil, durante os três séculos em que foi colônia de Portugal. Judeus, mouros, negros, mulatos, indígenas, cristãos-novos e ciganos eram considerados inaptos para participar da sociedade colonial. As origens dessa situação explicam-se em função do processo histórico que determinou a evolução social e étnica da Península Ibérica (Carneiro, 2005, p. 207).

Quem seria aceito no solo brasileiro? São duas percepções distintas. Num primeiro momento, forçosamente, foram trazidos, por cerca de 300 anos, migrantes africanos. A partir do século XIX, foram convidados migrantes europeus e limitada a entrada de outros não-europeus, conforme se observa em Skidmore, na obra *Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*,

> Em 1921, o Estado do Mato Grosso, no Centro Oeste, ofereceu concessões territoriais a desbravadores. A imprensa publicou que esses desbravadores estariam ligados a empresários nos Estados Unidos que já andavam a recrutar norte-americanos *pretos* para emigrar para o Brasil. O presidente de Mato Grosso, um bispo católico, imediatamente cancelou as concessões (Skidmore, 1976, p. 212, grifo do autor).

Esse cancelamento ilustra o desejo da nação brasileira de se constituir como um Estado formado e composto pela população branca, O que se confirma na fala de Neiva, trazida na obra supracitada "Por que irá o Brasil, que resolveu tão bem o seu problema de raça, implantar em seu seio uma questão que não entra nas nossas cogitações? Daqui a um século, *a nação será branca*" (Neiva [1927], Apud Skidmore, 1976, p. 212), grifos nossos).

Esse ideário não se concretizou, posto que hoje a população brasileira é majoritariamente negra, porém exemplifica como era vista a migração naquele período, o que não difere dos períodos seguintes. A referida obra ainda traz informações sobre a rejeição à entrada de trabalhadores chineses em substituição à mão de obra africana.

Já no século XIX, após o fim do comércio legal de escravizados oriundos da África, o movimento migratório começa a se diversificar. Tem início o incentivo à vinda de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos (Santos, 2003; Seyferth, 2000, 2002), de 1824 a 1855, com o fito de proteger as fronteiras do Sul, e para desenvolvimento agrícola e industrial no Sudeste, de1870 a 1930 (Patarra, 2012). Ainda que houvesse negros libertos e homens livres, insistia-se na escassez de mão de obra para as lavouras cafeeiras de São Paulo. Essa política migratória se alinhava ao fato de que o Brasil precisava se modernizar - posto que ainda estava em funcionamento o sistema escravocrata - e construir uma sociedade civilizada, o que não poderia ser feito com a população de homens escravizados, fossem eles negros ou seus descendentes. De tal modo, a nascente política migratória era conduzida: de maneira a se pensar numa construção social para o povo brasileiro, de nação que mais tardiamente rompeu com a escravidão, para uma nação que importava mão de obra europeia para a construção de uma sociedade civilizada aos moldes da Europa, considerada modelo de civilização para o mundo ocidental, moldando padrões de conduta a serem seguidos (Elias, 1990; Skidmore, 1976).

A partir de 1930, o Brasil publica medidas restritivas à entrada de imigrantes internacionais no Brasil, as quais se ampliam e se constitucionalizam nas constituições de 1934 e 1937, quando são fixadas cotas para as entradas de estrangeiros. Para Seyferth (2000), na década de 1930, foram instituídas cotas de imigração para restringir a entrada de "indesejáveis", em consonância com os novos ideais de sociedade e do nacionalismo propostos pelo Estado Novo e conjugados nas duas constituições da década de 1930, regulamentados por Decretos.

O Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, além de impedir a entrada de "aleijados ou mutilados, inválidos, cégos, surdos-mudos, indigentes, vagabundos e congêneres", explicitava e dava plenos poderes ao governo federal para, conforme artigo 2º., "limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de

determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização" (grifos nossos).

Assim posto, o período Vargas marca um retrocesso nas políticas migratórias brasileiras. Não houve incentivo à migração, bem como as legislações do período contêm declaradamente um caráter eugênico. Transcrevemos o Art. 65, e o parágrafo único do Decreto 3010, de 20 de agosto de 1938

> O funcionário encarregado de proceder ao selecionamento usará de critério rigoroso afim de evitar prejuízo ao interesse nacional no que diz respeito à assimilação étnica e à segurança econômica, política e social.
>
> Parágrafo único.
>
> Essa apreciação fundar-se-á: a) no exame das condições individuais, *do valor eugênico*, das qualidades físicas e morais. (grifos nossos).

Restritiva, seletiva, declaradamente racista, a legislação brasileira discriminava estrangeiros que não se adequassem ao perfil desejado pelo Estado, restringindo os direitos fundamentais dos estrangeiros, criando o perfil do "indesejável: aquele que não estivesse de acordo com o projeto de nação que, segundo o ideário do Estado republicano, deveria ser católica e de população branca, símbolos da civilização" (Ribeiro, 2009, p. 1640, *Anais...*).

"Integrar, para não entregar". "Terras sem homens, para homens sem terra". Os slogans marcam significativamente o movimento migratório a partir de 1970. Esse também é o período do "Brasil ame-o ou deixe-o". Todos esses slogans alimentam os deslocamentos, sejam aqueles internos e incentivados pelo governo que os subsidiam, como os primeiros; seja aquele que expulsa, obrigando seus nacionais a migrarem para outros países, como o último, momento que se tem, novamente, a migração forçada motivada por perseguições políticas colocadas em curso pelo governo militar. Não houve, portanto, nesse período qualquer incentivo para entrada de migrantes em solo brasileiro, o que se tem é a expulsão de nacionais "indesejáveis".

A legislação vigente que regulamenta a migração no Brasil é de 1980, também seletiva e com "viés autoritário", posto que promulgada quando ainda vigia o período ditatorial. Tramita, atualmente, no Congresso o Projeto de Lei no. 288, de 2013, todavia é objeto de críticas porque, apesar de conter artigos em que repudia a discriminação, ela

própria é seletiva: "VII - *incentivo à admissão de mão de obra especializada* necessária ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico do Brasil, à captação de recursos e à geração de emprego e renda" (grifos nossos).

Os discursos, quando se tratam de debater esse Projeto ou quando se fala sobre migração no Brasil, são, em grande parte, contraditórios. Em entrevista concedida ao jornal *El País*, em 07 de junho de 2015, o Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) afirma ser "urgentíssimo aprovar a nova lei de imigração" porque ela será "coerente com a evolução que o país teve nos últimos anos e com os compromissos que o país adotou em tratados internacionais, principalmente na área de Direitos Humanos e *sócio-laborais*" (grifos nossos). Um pouco depois, o entrevistado afirma "nós reconhecemos que é importante simplificar e retirar burocracias indevidas, mas ainda assim me parece que o Brasil tem conseguido atrair uma quantidade grande de imigrantes, *de haitianos e africanos*, *mas também* de *trabalhadores qualificados*" (grifos nossos).

O que fica deste indexador "mas também"? Que o entrevistado considera o Projeto de Lei legítimo, posto que cumpre compromissos *sócio-laborais*, ou seja, incentiva a entrada de profissionais de outros países no Brasil, e que esses profissionais não são *haitianos e africanos*, uma vez que, subentende-se, estes não são qualificados. Parece-nos que a própria esfera governamental desconhece – e acaba, por isso, negando, quem são os haitianos que adentram o País. Assim se tem configurado os discursos sobre a migração haitiana no Brasil: cheios de contradições e que seguem na mesma direção dos anteriores, estivessem eles no século XIX, XX ou XXI. Houve avanços? Será que evoluímos e nos civilizamos? Para essa reflexão, foi necessário, ainda que breve, traçar o panorama do processo migratório no Brasil e perceber que ainda estamos muito aquém de se vivenciarmos compromissos humanizadores.

DE COMO SE CONFIGUROU E, AO MESMO TEMPO, DESCONFIGUROU-SE UM ESTADO

A história do Haiti se configura como nação economicamente rica, cujo ápice se deu no século XIX e se desconfigura pela força do colonialismo, ao qual esteve exposto desde o início de sua existência. O País, hoje fragmentado, exporta sua população para outras

nações, obrigando-a a se deportar em busca de dignidade (Seguy, 2014).

O jogo de antônimos: configurar/desconfigurar foi construído para enfatizar o espírito de luta que permeia o Haiti. Configurar significa, dentre outros sentidos, caracterizar, ou, na informática, um sistema de processamento de dados conectados entre si; e desconfigurar seria descaracterizar, perder o sistema, perder suas propriedades. Desse modo, o Haiti, primeiramente, por uma luta histórica e sem precedentes, configurou-se como nação, isso se deu entre 1793, quando homens e mulheres escravizados conseguem sua liberdade, em 1804, ano da independência colonial. Para, anos mais tarde, desconfigurar-se. Vivendo o que Franck Seguy chama de "aspiral da dupla dívida", causa do desmoronamento do Estado haitiano (Seguy, 2014; Seitenfus, 2014).

Quando a França "civilizava o mundo", tornando-se a maior potência mundial entre os séculos XVII a XIX (Elias, 1993) e entoava a tríade "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", ela foi assombrada por uma de suas colônias tropicais. Um pequeno país no Caribe, conhecido no século XIX pela perífrase "A Pérola das Antilhas", fez com que o mapa das conquistas francesas sofresse alterações. Em 1804, negros colonizados pela potência francesa saem vencedores do que foi considerada "A Primeira Revolução Negra do Mundo". Anos antes, esses mesmos negros haviam conseguido se libertar da escravidão. Haiti, antes, uma nação forte, hoje uma das mais pobres do mundo, desconfigurada pelas mesmas forças imperialistas que outrora os negros haitianos derrotaram.

Falemos, primeiro, da nação forte: do Haiti que derrotou a França. Já no alvorecer do século XIX, sob o domínio de Napoleão Bonaparte, a França foi assombrada pelos trópicos. Durante o governo bonapartiano, o País foi derrotado pelo exército de Dessalines, como prefacia Carpentier no romance histórico *O reino deste mundo* (1985):

> o texto que se segue [...] narra uma sucessão de fatos extraordinários acontecidos em São Domingos, numa época determinada [...]. Porque é mister advertir que o relato que se segue foi estabelecido com base numa documentação extremamente rigorosa, que respeita a verdade histórica dos fatos, dos nomes dos personagens [...] – tudo é maravilhoso, nessa história impossível de situar na Europa, e que, todavia, é tão real como qualquer feito exemplar daqueles consignados, para edificação pedagógica, nos manuais escolares (1985, Prefácio).

Numa retrospectiva histórica, voltando ao ano de 1697, dominava o Caribe, além da

Espanha, a França, Holanda, Inglaterra e, depois, os Estados Unidos. A primeira tem de ceder à França a porção oeste da então denominada por Cristóvão Colombo de Hispañiola que passou a ser chamada de Saint Domingue.

Carpentier narra, numa linguagem lúdica, a colonização francesa no Haiti sob o ponto de vista dos negros que a ela foram submetidos. O romance, cuja narrativa se faz num contraponto branco e negro, revitaliza a história e, passo a passo, a colonização sanguinária dos brancos é desnudada, como se vê neste canto laboral: "Al cabo de una espera de cuatro años, el canto se hacía cuadro de infinitas miserias: Yenvalo moin Papa! Moin pas mangé q'm bambó Yenvalou, Papá, yanvalou moin! Ou vlai moin lavé chaudier; Yenvalo moin? (Carpentier, versão online em espanhol, s.d., p. 14). Apesar de a França se armar, seu poderio, no entanto, foi colocado em xeque pelos negros escravizados.

O Haiti passa a ser, então, a primeira nação, e única no mundo, que, por meio de uma insurreição negra liderada pelos próprios escravos, liberta-se do jugo da escravidão, num momento em que a Colônia era de fundamental importância econômica para a metrópole a ponto de ser seu principal sustento, o que muda o rumo da história da colonização francesa: "foi precisamente no berço haitiano que vingou a única revolta dos *condenados* da terra. Foram das altas terras haitianas que ecoou o grito pela l*iberdade*, pela *dignidade*, pela *justiça* e pela *igualdade*" (Seitenfus, 2014, p. 27, grifos nossos). Apesar de o feito haitiano ter sido apagado da história da França, historiadores brasileiros e estrangeiros numa releitura historiográfica referenciam esse período.

O temor por parte dos senhores de escravos fez com que fossem abafados os feitos haitianos. Mas outro motivo desse silêncio se deu também pelo fato de a França, maior potência do mundo, não poder conceber uma derrota vinda de negros, considerados inferiores aos europeus civilizados. Assim posto, os livros didáticos de História do Brasil não trazem esses fatos. Eles são encontrados a partir de busca específica sobre a nova historiografia tanto do Brasil como do Haiti. Apagar, por conseguinte, a história dos vencidos e contá-la sob o ponto de vista dos vencedores é também uma forma de esmagamento da cultura e, consequentemente, de um povo. Para esse apagamento, conta-se também com eruditos, os responsáveis por escrever as histórias, filosofias e sociologias de cada época. Tanto a Europa como os Estados Unidos contaram com muitos deles para

sublimar o processo de civilização do ocidente, dentre eles Hegel, Weber, Chomsky, Victor Hugo, Habermas (Seguy, 2014, p. 193). Assim, os discursos são construídos a partir de um ponto de vista que passa a ser considerado o único e real.

O Haiti inverteu os papéis sociais. Essa inversão tornou-se um tabu e, ao mesmo tempo um crime. Precisava ser negado e, consequentemente, punido. Como explicar a França, rica e branca, ser subjugada? Como perder sua Pérola das Antilhas? O que isso significava econômica, política e socialmente aos olhos das outras nações? Modelo para o mundo, esses significados poderiam colocar em xeque o poderio europeu e não somente o francês. Portanto, fez-se e se justificou o feito como ato de barbárie e o registrou na história. Essa realidade ainda se expressa no século XXI, quando, por exemplo, em 2000, Jacques Chirac afirma não ter sido o Haiti *propriamente falando* uma possessão francesa (grifos nossos). Ou ainda em 2007, quando Sarkozy, durante discurso sobre o "Homem Africano", em Dakar, outorga "vamos parar de obscurecer o passado da França" (Seitenfus, 2014, p. 29-30; Seguy, 2014, p, 227).

A configuração do Estado haitiano, por conseguinte, faz-se no momento em que: foi o primeiro País do mundo, ainda em 1793, a libertar seus escravos, cuja luta se deu pelos próprios escravizados; foi o primeiro País das Américas e do mundo, por meio de uma revolução negra, a se tornar independente de um colonizador europeu e foi o único País do mundo a se estabelecer culturalmente criando uma língua própria, o kréyol e uma religião, o vodu. Todos esses elementos configuradores são tidos, ao mesmo tempo, como responsáveis pela desconfiguração do Haiti para o mundo e que explicam a *vingança* da Europa contra o pequeno país antilhano por ele ter ousado inverter os papéis sociais (Scaramal, 2006; Grondim, 1985; Seitenfus, 2014; Seguy, 2014, grifo nosso).

Essa inversão se tornou, como já dito, portanto, um tabu e, ao mesmo tempo, um crime e uma maldição. As armas de combate são a negação da condição de existência do haitiano. Essa negação feita pelo silêncio da história e pelo isolamento econômico e social permitiu que a Europa, em especial a França e também os Estados Unidos, mantivesse sua soberania mundial. Destarte, cinco dimensões estratégicas foram implantadas pelo Ocidente em relação ao Haiti que se estende até os dias atuais (Seitenfus, 2014, p.34):

> (1) estabelecer um cordão sanitário impedindo o Haiti de estabelecer e manter

> contatos internacionais;
> (2) enfraquecer o Estado haitiano, tornando o país ingovernável;
> (3) criar condições culturais e psicológicas no Ocidente fazendo com que tudo que venha do Haiti seja percebido como um mal em si;
> (4) perceber o Haiti como uma sociedade que ameaça os fundamentos das relações internacionais;
> (5) alimentar um pavor temeroso e covarde em relação ao Haiti.

A maldição que recaiu sobre o Haiti é fruto do desconhecimento e do medo imposto pelo Ocidente (Scaramal, 2006; Grondim, 1985; Baptista, 2014; Seitenfus, 2014; Thomaz, 2011) e de arrojadas estratégias discursivas. E, assim posto, embalado pelo racismo e conservadorismo, confirmados em discursos de autoridades, sejam brasileiros ou não, como lemos nas palavras do cônsul haitiano em São Paulo (2010), George Samuel Antoine, quando da notícia do terremoto que assolara o País: "o Haiti é amaldiçoado... É porque tinha muito africano, muita macumba", cuja fala é eco da proferida pelo pastor norte-americano Pat Robertson que afirmou a catástrofe ter sido consequência do "pacto com o diabo". Ou ainda nas palavras do dia a dia que povoam o Twitter "Realmente está parecendo que o Haiti é amaldiçoado".

Em síntese, nessa arena de lutas, que se reforça nas histórias escritas e naquelas invisibilizadas, o Haiti nasceu das cinzas por ter sido trazido à liberdade por mãos negras de homens de sua própria terra; esses mesmos homens perderam a liberdade por terem sido saqueados na sua história, e da sua terra natal terem sido expulsos por nela não encontrarem dignidade.

A visão sobre o Haiti carece de um olhar para sua história. Carece também de uma observação mais acurada para os sentidos das identidades, do pertencimento e da alteridade. Esses olhares para o outro parecem pouco acurados na mídia. Arnaldo Jabor, comentarista do *Jornal da Globo* até abril de 2015, apresentou, num de seus comentários, após o terremoto de 2010, esta indagação: "como fazer para 'democratizar um país miserável, analfabeto e com *raízes tribais africanas e bárbaras?*'" (Seitenfus, 2014, p.59, grifos do autor). Essa indagação recebeu inúmeras críticas e repercutiu nacionalmente. Reforçar estereótipos leva a discursos que devem e precisam ser refletidos de modo que o Brasil do século XXI seja uma nação civilizada. Parece, contudo, que a barbárie se instalou por aqui.

Encerramos esta seção com fragmento retirado da tese de Seguy (2014), tendo o

autor, por sua vez, colhido do jornal *Le Nouvelliste*, publicado em 23 fevereiro de 2010 e escrita por Frantz Duval, na ocasião do terremoto que assolara o Haiti:

> Todo o mundo é livre para vir nos ajudar e tentar de passagem tirar seus marrons de nossas ruínas. *É uma prática habitual neste país* mil vezes conquistado, pilhado, subjugado, contido, sitiado, assistido. Feridos, espancados, moribundos, *somos incapazes de realizar qualquer batalha. Isso não quer dizer que não tenhamos visto, ouvido e entendido*... (grifos nossos).

QUEM QUERO NO PAÍS ONDE VIVO...

Uma migração significativamente negra num país onde são alarmantes os índices de desigualdades motivados por contextos raciais, como se observa no Brasil, poderia motivar a xenofobia e a discriminação contra estrangeiros? Se o presidente de um órgão governamental desconhece as habilidades e capacidades dos migrantes haitianos que adentraram o País a partir de 2010, estigmatizando-os como desqualificados, como se porta, então, o brasileiro comum, aquele que povoa as redes sociais e que gasta parte de seu tempo a comentar notícias veiculadas em mídias nacionais?

Retomando a entrevista do presidente do CNIg, quando indagado sobre o que deveria fazer o Brasil para resolver a crise humanitária de milhares de haitianos que para cá se deslocaram, ele responde que inovamos e criamos possibilidades de virem para o País já com visto e que aqui "vive em igualdade de condições". Esse frágil discurso é quebrantado pelas reais condições de existência dos haitianos no Brasil, visivelmente enunciadas em discursos de cunho racista e xenofóbicos.

Recusadas as oportunidades de adentrarem ao Brasil como refugiados, coube aos cidadãos haitianos aceitarem receber vistos humanitários. Qual a diferença entre um e outro?

Aos refugiados, cabe a proteção do Estado; aos outros, essa proteção foi "terceirizada", ficando sob a responsabilidade da sociedade civil que não dispõe de recursos humanos e financeiros específicos para recepção de migrantes. O Estado, então, ao terceirizar, desresponsabiliza-se e transfere seu papel, o que colocou os haitianos em situação de vulnerabilidade (Véran; Noal; Fainstat, 2014). Assim, a recepção dos haitianos na condição de humanitários, em face dos acontecimentos, tem os desumanizado, gerando um imbróglio, cujos alvos são os migrantes, sobre os quais recaem todas as consequências:

vulnerabilidade social, saúde precária, abalos psíquicos, exploração do trabalho, colocando-os em situação de semiescravidão, preconceito, racismo, discriminação.

Todas essas questões têm sido amplamente divulgadas nas mídias e redes sociais e afetam as condições de existência dos haitianos no Brasil, mas revelam, ainda, outras faces, o despreparo do Estado para receber migrantes de países pobres; a sempre presente legislação restritiva e seletiva e, talvez o mais emblemático, uma sociedade autoritária e racista sendo desnudada, essa face largamente difundida nos discursos. A partir dessas reflexões, o Brasil seletivo e restritivo talvez não se apresente como *País da Esperança* para os que migram em busca de *dignidade* (Seguy, 2014).

Estudar migração é examinar a mobilidade humana e como ela é tratada pelas nações, pelos governantes e pelos indivíduos que compõem aquele país. Essa reflexão nos direcionou a observar esse trato como "fluxo de mão-de-obra mercantilista a ser aceita ou rejeitada em função de interesses meramente econômicos e financeiros" (Milesi, Andrade, 2010, p. 3). Assim sendo, os países estabelecem, para garantir sua soberania e se proteger de ameaças externas, políticas seletivas e restritivas de modo a escolher com *quem* se deseja dividir o espaço social. São essas escolhas, *quem quero no país onde vivo*, que nos auxiliarão para pensar as expressões contidas nos discursos – por que eles são motivados e como são.

Essa ideia incide necessariamente sobre como pensar o movimento migratório. É nele que se situa a enunciação, e ao mesmo tempo, originam-se os discursos. Isso posto, pensar os discursos proferidos sobre os migrantes exige pensar os processos constitutivos da migração num determinado país e espaço social, pois o discurso é também motivado do "lugar de onde falo".

Haiti, haitianos, negros, tornaram-se adjetivos para metáforas depreciativas. "O Pronto-Socorro de Cuiabá chamamos de 'Haiti', porque você só vê maca, gente no chão. É um absurdo" .

Programas sociais do Governo Federal e implantadas em alguns municípios brasileiros como "Bolsa Família" e "Minha Casa Minha Vida" específicos para migrantes documentados na cidade de São Paulo também são recursos para aviltar a presença haitiana no País e desencadeiam uma onda de discursos discriminatórios, como esta escrita por um

professor, servidor público e pesquisador: "O 'imigrante' do Haiti não quer necessariamente emprego. Interessa-lhe mais o seguro-desemprego. De qualquer forma, a chegada dessa subclasse estrangeira decerto já reduziu o poder de barganha dos trabalhadores nacionais nas negociações salariais". Trata-se de um texto longo, em que o professor dentre outras digressões, traz o discurso para a questão racial

> Os imbecis [...] agora ocupados em nigriciar o Brasil pensam que se justificam com o argumento de que também os ianques estão vindo para cá. Que maravilha! Então vamos ficar assim: de um lado, a elite cheirosa, rica, bacana, dourada e de olhos azuis; de outro, a negrada cecerenta e fodida do Haiti e alhures. [...]. Convenhamos: não dá!

Tratamentos desiguais para migrantes: valoroso e enaltecedores para a elite branca e racistas para as pessoas negras! Quem queremos em nosso País? O século XXI veste a roupagem da civilidade no Brasil, mas a nação continua a tentar restringir a entrada dos considerados "indesejáveis".

Dois migrantes estão caminhando no Brasil. Um no topo. Outro na base. Os primeiros, qualificados, atendem às áreas onde há carências e sua entrada no País é incentivada. Os segundos são os "indesejáveis", aceitos parcialmente como "humanitários". A estes, desumanamente, são oferecidos trabalhos que exigem pouca qualificação, como, por exemplo, frigoríficos, construção civil entre outros. Neste momento, no entanto, cumpre-nos dizer que o se tornar negro como migrante pode significar a continuação de uma postura tradicional diante das políticas migratórias, posto que, no Brasil, sempre vigorou o discurso do branqueamento para a migração estrangeira. Ademais, as políticas migratórias brasileiras sempre foram restritivas e seletivas.

Cabe-nos, destarte, pensar que talvez não seja o fato de ser estrangeiro que incomoda. Mas sim pela razão de alguns migrantes não se adequarem aos padrões civilizados impostos pelo mundo ocidental: ser branco e europeu, por exemplo.

O Brasil comporta em seu imaginário social a ideia do negro como elemento desconstrutor da nação e pouco civilizado (skidmore, 1976). A migração forçada a que os africanos foram submetidos durante 300 anos no Brasil avigoraram essa ideia. Num momento outro de migração quando haitianos, cidadãos negros, migram para o Brasil, os discursos ainda são os mesmos.

Uma página no Facebook" postou publicamente no dia 05 de março de 2015 uma foto de um jovem homem negro, dentro de um carro de polícia. Na foto, constava os dizeres: "Este é o 8º. haitiano preso em Curitiba. Acusado de furtar domícilios". No post, havia a seguinte explicação: "CIDADÃOS HAITIANOS JÁ ENGROSSAM AS FILAS DAS DELEGACIAS DO BRASIL. Vivendo nas principais capitais do país, trazidos por interesses escusos do governo petista, são acusados de estupros, latrocínio e pequenos furtos!". A postagem recebeu 395 curtidas, foi compartilhada por 5.255 pessoas e com mais de 100 comentários. Num deles, estava: "manda de volta esses lixos". Outro dizia "haitiano bom é haitiano morto". Num exercício analógico, verificamos diferenças entre a notícia do migrante português, na qual não havia foto, e nesta, a foto estampada. Há, no entanto, outras diferenças significativas entre elas, as quais não nos ateremos aqui.

Essas visões não representam todo o Brasil. Não são possíveis generalizações. Há, no entanto, a necessidade de considerar que esses discursos não perpassam apenas o imaginário sobre migração, a de que migrantes "roubam" nosso mercado de trabalho, nossa oportunidade. Perpassam também o imaginário sobre *quem* é esse migrante.

Quais significados essas diferenças podem trazer no campo simbólico? Se falamos do lugar que ocupamos, se considerarmos a concepção bourdieusiana de "que a visão que cada agente tem do espaço depende de sua posição nesse espaço" (Bourdieu, 2004, p. 157), é provável que as políticas migratórias brasileiras em diferentes momentos da história do País sejam reflexos do pensamento do Brasil e que as reservas criadas para impedir a entrada de migrantes haitianos em 2012 e as recentes discussões para promover o incentivo à migração de "cérebros" sejam também reflexos desses pensamentos.

Bourdieu, em *Coisas ditas* (2004), estrutura as ideias em torno da tentativa de explicar a realidade social a partir das noções de capital econômico, cultural e simbólico. Essas três dimensões são utilizadas para elucidar como se estrutura e se organiza o pensamento social. A partir da análise de diferentes teorias sociológicas, perpassando várias como estruturalismo, construtivismo e pensando a relação entre subjetivismo e objetivismo para a compreensão da realidade social, o autor busca explanar como os agentes apreendem o mundo social. Para ele, essa apreensão se dá a partir da interiorização das estruturas do mundo social.

Uma noção importante do pensamento bourdieusiano é a do *habitus*. De acordo com seus estudos, trata-se de um sistema de "disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento" e "socialmente constituídas" (2004, p.25). Bourdieu evidencia que essa noção não fora criada por ele, mas sim já antes mencionada e pensada primeiramente por Aristóteles e depois retomada, dentre outros, por Chomsky. No entanto, ainda que rompesse com a noção chomskyana, ao mesmo tempo dele se aproxima ao retomar as palavras do sociólogo, porque dele se apropria ao usar o termo *capacidades geradoras*, para explicar o *habitus* como "disposições adquiridas, socialmente constituídas" e que essa capacidade criadora se realiza num agente ativo, não transcendental ou ilusório.

Assim, para Bourdieu (2004, p.26), "o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produto de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço)". Pensar com Bourdieu nos ajuda a investigar os agentes que dizem, o que dizem e como dizem de forma diferente um mesmo fenômeno: o migratório. Esse é um processo humano que, ao mesmo tempo, é percebido de modo desumanizado dependente de quem olha e como olha, uma vez que esses olhares sobre o mesmo objeto se configuram pelas *disposições* do olhar posto historicamente e conforme estruturas sociais apreendidas.

Desse modo, o sujeito que diz que um migrante é *macaco* não o diz sem pensar o sentido do termo, ele o configura num espaço social construído simbolicamente:

> só vem *imigrantes de países atrasados*, *nunca de país civilizado*. Só vem gente de país *conhecido por sua feiura*, quanta sorte a nossa, por isso a população brasileira é feia e somos hostilizados no exterior. O pior, eles já vem com intuito de morar numa favela, vi em matéria que eles ganham aqui seis vezes mais do que no país deles. Povo escroque. Por isso esse chiqueiro será sempre terceiro mundo. *Esses macacos conseguiram estragar até o sul do país*, o brasileiro deveria se preocupar menos com nordestino e mais com esses imigrantes (Post feito em 01 de nov. de 2014, grifos nossos).

Esse comentário foi encontrado numa notícia cuja manchete se referia à "haitianos no Brasil, a nova polêmica do governo". Postado em 2012, recebeu 142 comentários desde então. Skydmore (1976, p. 47) registra que Gobineau, durante sua estada no Brasil, em uma de suas epístolas, sentencia: "Todo mundo é feio aqui, mas incrivelmente feio; como

macacos" e corria o século XIX. Quase 200 anos depois, a expressão ainda encontra eco.

Discorremos sobre esses ditos sociais a partir das concepções de Bourdieu, as quais podem nos aproximar da compreensão de diferentes dizeres sobre o mesmo objeto, no caso sujeito, o migrante. Assim, verificamos que *quem* se deseja no País coaduna com políticas restritivas e seletivas migratórias que sempre estiveram presentes na legislação brasileira.

Tais circunstâncias podem explicar a ausência de comentários negativos sobre migrantes europeus ou, ainda, o discurso policial de denominar um assaltante português de "cidadão de bem".

Para Bourdieu, as diferenças funcionam como signos distintivos. São esses signos distintos que assumem uma distinção positiva ou negativa. Em outras palavras: "o mundo social apresenta-se, objetivamente, como um sistema simbólico que é organizado segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial. O espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida" (2004, p. 160). Portanto, os migrantes passam a ser caracterizados conforme seus atributos e estes lhes conferem status ou dele os destituem.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Numa tentativa de compreender o que é por si tão complexo, e já fruto de inúmeros estudos que tentam apreender contexto migratório, verificamos que, além e para muito além dos aspectos quantitativos, é necessário escrutinar o estudo da migração como processo e movimento social.

Estabelecidos estão, nesses movimentos sociais de deslocamento - sejam de entrada, sejam de saída - uma relação de poder, a qual é feita em conformidade com o momento histórico. De acordo com este, configuram-se as legislações, bem como se enunciam os discursos sobre os agentes migratórios. Migrar é, portanto, a partir dessas reflexões, estabelecer uma determinada relação num campo de poder já vivenciado por outro e esse outro já se apropriou desse campo; assim o deslocado é, antes de tudo, um intruso.

Pensar como se enunciam esses elos, entre aquele que chega e aquele que recebe, permite descortinar parâmetros para além do quantitativo, alcançando aspectos qualitativos que podem vir demonstrar que os discursos (in)civilizatórios ainda são frequentes nesses

espaços simbólicos, isto é, "o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada" (Bourdieu, 1997, p. 160).

A partir dessas reflexões, o Brasil seletivo e restritivo talvez não se apresente como *País da Esperança* para os que migram em busca de *dignidade* (Seguy, 2014). Retomando o pensamento de Milesi e Andrade (2010), para quem os estudos migratórios são estudos de *mobilidade humana* para além da recepção de mão de obra com fins econômicos e financeiros, e se considerarmos que o status do migrante e que sua aceitação passa pelo lugar social que ele ocupa, há uma contradição e uma tensão crescente e permanente entre aquilo que se estabelece na teoria com a prática que se instala e se reflete nos discursos, estejam eles presentes nas legislações, noticiados em diferentes mídias, ou postados em redes sociais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre**.** *A miséria do mundo.* Vários tradutores. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Coisas ditas.* Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARPENTIER, Alejo. *O reino deste mundo.* Rio de Janeiro: Record; Altaya, 1985. (Mestres da Literatura Contemporânea).

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Características e tendências. In. CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.*) A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.* Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014. p.11-22.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no Interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos.* Ano 24, nº 3, 2002. p. 563-599. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea_a/v24n3/a06v24n3.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2014.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do estado e civilização.* Vol. II. Tradução Ruy JUNOMANN. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: país de imigração? In. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais.* Revista eletrônica @metropolis. N. 09. Ano 03. Jun. 2012. p.06-18. Disponível em:

<http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_edicoes&task=artigos &id=31&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2015.

_____; FERNANDES, DUVAL. Capítulo II Políticas públicas e migração internacional no Brasil. In. CHIARELO, Leonir Mario (coord.). *Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedade civil en América Latina:* Los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México. New York: Scalabrini International Migration Network Inc.. 2011. p.151-268.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. Getúlio Vargas e Francisco Franco. Um estudo comparado sobre a expulsão de estrangeiros. In. ROJO, Sara et al (org.). *Anais do V Congresso Brasileiro de Hispanistas e I Congresso Internacional de Hispanistas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras UFMG, 2009. p. 1640-1648. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/Anais/anais_paginas_%201502-2009/Get%FAlio%20Vargas.pdf>. Acesso em: 04 abr, 2015.

MILESI, Rosita; ANDRADE, William Cesar de. Migrações internacionais no Brasil: realidade e desafios contemporâneos. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2010.

SANTOS, Cleyton Rodrigues do. Da escravidão à imigração: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado no Brasil. *Revista Intertemas*. Centro Universitário Toledo Prudente. vol. 6, no 6 2003, p. 1-45. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista /index.php/Juridica/article/view/121/124>. Acesso em: 23 nov. 2014.

SEGUY, Franck. *A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti*. Tese. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado em Sociologia. 2014.

SEITENFUS, Ricardo. *Haiti:* dilemas e fracassos internacionais. Ijuí: Ed.Unijuí, 2014. (Coleção Relações Internacionais e globalização; 47).

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. *Horizontes Antropológicos* Porto Alegre, ano 6, n. 14, nov. 2000. p. 143-176.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n.53, março/maio 2002. , p. 117-149.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco:* raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VERAN, Jean-François; NOAL, Débora da Silva; FAINSTAT, Tyler. Nem refugiados, nem migrantes: a chegada dos haitianos à cidade de Tabatinga (Amazonas). *DADOS – Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, vol. 57, no 4, 2014. p. 1007 a 1041. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201431>. Acesso em: 04 abril 2015.

Recebido em julho de 2015
Aprovado em setembro de 2015